

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O USO DA INTERDISCIPLINARIDADE COM GÊNEROS TEXTUAIS NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Caroline Batista Fantini de Novais

Mestre em Língua Portuguesa - PUC/SP, Especialista em Língua Portuguesa - PUC/SP, Licenciada em Letras - Universidade São Marcos. Docente no CEETEPS.

Estefânia A. Pianoski Arata

Mestre em Engenharia da informação – UFABC, Licenciada em Matemática, Graduada em Tecnologia da Informação. Coordenadora de Projetos na CESU – CPS. Professora de Ensino Superior e Técnico.

Alessandra Ferreira Brito

Licenciada em Pedagogia, Pós - graduada em Pedagogia Empresarial, Mestra em gestão e formação de professores e Doutoranda em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora de Ensino Médio Técnico pelo Centro Paula Souza e Orientadora Educacional.

Editor Geral

Prof. Dr. Mário Pereira Roque Filho

Organização e Gestão

Prof. Ms. Clayton Pedro Capellari

Correspondência

Alameda Nothmann, nº 598 Campos Elíseos, CEP 01216-000 São Paulo – SP, Brasil.
+55 (11) 3224.0889 ramal: 218
E-mail: f272dir@cps.sp.gov.br

Resumo

Embora a Educação Ambiental no Brasil seja garantida pela legislação vigente, o tema é desenvolvido de maneira tímida no espaço escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam que a interdisciplinaridade, entendida como uma troca de experiências entre os componentes curriculares, torna o aprendizado mais significativo e contextualizado. De acordo com o exposto nas bases curriculares, a proposta de temas transversais proporciona práticas interativas sociais, além de possibilitar uma leitura da realidade por meio do uso da linguagem em contextos situacionais diferenciados. Este trabalho faz uma análise da legislação brasileira, referente à Educação Ambiental, com o intuito de traçar os caminhos percorridos pelo tema. Propomos a prática interdisciplinar por meio do estudo dos gêneros textuais, pautado no disposto pela BNCC. Selecionamos uma sequência didática, do material do aluno, correspondente ao componente curricular de Língua Portuguesa, do 1º ano do Ensino Médio, como forma de exemplificar a adequação da interdisciplinaridade nas áreas diversificadas do currículo escolar.

Palavras-chave: meio ambiente; interdisciplinaridade; legislação; gêneros textuais.

Abstract

Although the Brazilian Environmental Education, is guaranteed by current legislation, this theme is treated like timid way in the school space. The National Curriculum Parameters guide that interdisciplinarity, understood as an exchange of experiences between the curricular components, makes learning more meaningful and contextualized. According to what was exposed in the curricular bases, the proposal for transversal themes provides interactive social practices, in addition to enabling a reading of reality through the use of language in different situational contexts. This work analyzes the Brazilian legislation, referring to Environmental Education, in order to trace the paths taken by the theme. We propose interdisciplinary practice through the study of textual genres, based on the provisions of the BNCC. We selected a didactic sequence, of the student's material, corresponding to the curricular component of Portuguese Language, from the 1st year of High School, as a way of exemplifying the adequacy of interdisciplinarity in the many areas of the school curriculum.

Keywords: environment; interdisciplinarity; legislation; textual genres.

Introdução

Antes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o tema meio ambiente começava a tomar espaço na legislação brasileira. Para melhor compreensão, recorreremos a acontecimentos históricos como A Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, na Suécia. O evento é considerado um marco no direcionamento das questões ambientais e trouxe o reconhecimento do problema e da necessidade de agir, pautas que até o momento continuam, de certa forma, negligenciadas. A Conferência representou uma das primeiras tentativas de valorização do meio ambiente em nível global. Desde então, o tema passou a ser pauta de discussões e agendas políticas mundiais. Mais do que isso, passou a ser considerado direito fundamental para a qualidade da vida.

As políticas públicas são meios para discussões e formas de ações, a fim de garantir o funcionamento de planos que beneficiem a comunidade social por um todo. No contexto educacional, as políticas públicas educacionais são responsáveis por inúmeras conquistas, como a gestão participativa, que corresponde a ações de pessoas nas tomadas de decisões necessárias à promoção de metas para melhorar o ambiente escolar, pois proporciona a participação de todos, com a valorização de ideias, independente do cargo ou função que exerça na escola (Araújo, 2010).

A inclusão da temática ambiental na legislação, por exemplo, visa desenvolver no ser humano conhecimentos, habilidades e atitudes, direcionadas para a preservação do meio ambiente. Em contato com temas dessa natureza, o cidadão passaria a ter novos conceitos e pensamentos, formando uma consciência inovadora, compreendendo a importância de se educar para a cooperação do uso dos recursos naturais. Neste cenário, a escola que o aprendizado democrático é o local mais apropriado para realização e implantação de um ensino participativo e ativo na construção do conhecimento.

Muitas questões são levantadas sobre criar ou não uma disciplina voltada para o ensino de Educação Ambiental. Maria Beatriz Junqueira Bernardes e Élisson Cesar

Prieto (2010) apontam alguns argumentos a favor da disciplinarização do tema na Educação Básica: temas transversais não contemplam em totalidade as instituições de ensino; como disciplina, a Educação Ambiental ganharia maior visibilidade e materiais didáticos e específicos; muitos profissionais não são capacitados para desenvolver projetos. Ainda segundo os autores, alguns profissionais possuem até formação ou especialização, mas precisam assumir outras disciplinas para poderem trabalhar o tema de maneira interdisciplinar/transversal (Bernardes; Prieto, 2010).

A interdisciplinaridade está relacionada à fragmentação dos componentes curriculares, sem desconsiderar a importância de cada um deles, ela traz uma aproximação de uma realidade complexa. Assim, o conhecimento interdisciplinar na área ambiental possibilita aos educadores atuar como um dos mediadores na gestão das relações humanas, no desenvolvimento de suas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais (Guimarães, 2007). Uma gestão participativa que preza pela autonomia, organização, diálogo e respeito as opiniões oferece um ambiente propício para a aprendizagem emancipadora.

Falar em Educação Ambiental, por meio da prática interdisciplinar, contribui para o desenvolvimento de situações de aprendizagem sob diferentes aspectos. Partindo desse pressuposto, trazemos neste estudo uma reflexão da Educação Ambiental Crítica, que propõe incentivar a formação do indivíduo crítico, com um olhar reflexivo sobre o seu mundo e com capacidade para promover mudanças. E pensando no ambiente escolar, o currículo age de maneira direta e indireta na formação e no desenvolvimento do indivíduo (Moreira; Silva, 1997).

O relacionamento professor ensina e o aluno aprende é rompido e novas formas de intervenção cidadã passam a ganhar espaço: um processo dialógico entre gerações diferentes, ou seja, professores e alunos discutindo possibilidades de ações conjuntas, que possam garantir vida saudável para todos, sempre visando à herança ecológica que será deixada às gerações futuras (Candiani, 2005).

A Educação Ambiental interdisciplinar é compreendida através da leitura que cada profissional faz do ambiente de acordo com o seu saber específico. Desvenda o real e aponta para outras leituras realizadas pelos seus pares. O tema comum, extraído do cotidiano, integra e promove a interação de pessoas, áreas, disciplinas, produzindo um

conhecimento mais amplo e coletivizado. As leituras, descrições, interpretações e análises variadas de um determinado objeto permitem a elaboração de outro saber, que traduz uma compreensão do ambiente por inteiro (Coimbra, 2005).

A Educação Ambiental, portanto, não deve priorizar a transmissão de conceitos específicos de biologia ou de geografia. Ser “transformada” em disciplina específica. No entanto, alguns conceitos básicos, como ecossistema, hábitat, nicho ecológico, fotossíntese, cadeia alimentar ou cadeia de energia devem ser compreendidos e precisam fazer a ligação entre a ciência e os problemas ambientais cotidianos. Assim, cada disciplina tem sua contribuição a dar nas atividades de Educação Ambiental. Envolve todas as áreas do conhecimento, sem o enrijecimento de conteúdos (Reigota, 2011).

Ações simples como descarte selecionado do lixo, por meio de lixeiras próprias, ou hortas para plantios de mudas são ações importantes, mas precisam ser o ponto de partida para reflexões mais críticas. Ensinar significa enxergar a educação como uma forma de intervenção no mundo. A partir desta premissa, os professores devem estar empenhados em compreender como se dá uma educação interdisciplinar (Freire, 2010). Promover a participação social, visto que sua implementação está prevista na Política Nacional de Educação Ambiental [PNEA], referente à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para todos os níveis de ensino, não como disciplina, mas como tema a ser incluído nos diferentes conteúdos programáticos, reforça a necessidade de se incorporar essa discussão também nas aulas de Língua Portuguesa, por meio do universo dos gêneros textuais que podem abordar as questões ambientais. Nesse viés, tomando como base a concepção de linguagem como ferramenta de interação social que o docente, em suas práticas didáticas de escrita e de leitura com os alunos, proporcionará um conhecimento para além dos aspectos formais da língua, pois, terá como foco, a interação entre autor, texto e leitor.

A leitura desenvolve as competências linguístico-cognitiva, crítica e reflexiva dos aprendizes, além de capacitar a escrita. Para que essa competência em produzir e interpretar textos se desenvolva é preciso que as práticas educacionais priorizem atividades por meio da diversidade textual, com textos que promovam o diálogo com as vivências dos alunos, os que forneçam informações e permitem o exercício da reflexão, que façam parte da memória coletiva (Koch; Bentes; Cavalcante, 2007).

A diversidade textual permite ao usuário relacionar as ideias no interior do texto, ou em textos distintos. Nessa possibilidade, o leitor pode compreender as intenções do autor. A função da escola é viabilizar o acesso do aluno aos textos que circulam no âmbito social, bem como ensinar a produzi-los e a interpretá-los (Brasil, 1997).

As aulas de Língua Portuguesa, enquanto tempo e espaço para a promoção de diversos gêneros textuais, possibilita que o aluno, por meio da leitura e escrita, possa dar sequência ao seu processo de socialização (Pelegrini, 2003; Ribeiro, 2003). Desse modo, propomos neste estudo uma análise da questão da interdisciplinaridade como perspectiva de integração da Educação Ambiental na escola para responder às demandas sociais da atualidade.

Material e Métodos

A metodologia utilizada na elaboração neste estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental. É necessário promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele (Lüdke; André, 1986). Assim, toda pesquisa possui caráter intertextual, pois parte de outros estudos/textos já realizados sobre a mesma temática. O desenvolvimento foi fundamentado em questões essenciais, que foram formuladas a partir da leitura e reflexão de fontes secundárias, coletadas e separadas em duas categorias, que contemplam o tema proposto:

Tabela 1. Documentos selecionados e analisados

| Conteúdos referentes à legislação educacional | Conteúdos referentes à legislação ambiental |
|--|--|
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) | Política Nacional do Meio Ambiente (1981) |
| Programa Nacional de Educação Ambiental (2018) | Constituição Federal de 1988, Art. 225. |
| Diretrizes Pedagógicas e do Programa Municipal de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (2014) | Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 |
| A Base Nacional Comum Curricular (2018) | Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002 |

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Por meio da abordagem qualitativa, estabelecemos conexões com a análise da legislação levantada e com os estudos de artigos científicos e bibliografia para embasamento teórico. Levantamos as seguintes proposições:

- Educação Ambiental: por que não uma disciplina?
- De acordo com o exposto nesses documentos, qual deve ser o tipo de profissional desejado para formar cidadãos preparados para atuar com a questão ambiental?

Dada a relevância do trabalho com gêneros textuais na BNCC para o ensino de Língua Portuguesa e as potencialidades dessa abordagem para dialogar com os princípios da Educação Ambiental crítica, analisamos uma sequência didática, pertencente ao Caderno do Aluno – volume 1 (Ensino Médio), do Programa “São Paulo Faz Escola”. Esse material é fornecido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A justificativa se dá pelo fato de o caderno ser uma proposta de desenvolvimento das competências de leitura e escrita, dentro do contexto social do aluno, o que está em consonância com uma formação crítica-reflexiva. Além disso, o exercício selecionado para análise contempla o uso da interdisciplinaridade, tema de análise do nosso estudo. Para análise desse material, foram considerados os estudos de Bakhtin (2003) e Marcuschi (2005), por trazerem contribuições da linguagem para a compreensão da língua quanto instrumento vivo, dinâmico na sociedade.

A análise da legislação e a abordagem sobre gêneros textuais vem de encontro com o exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN], que orientam uma formação crítica, próxima à realidade, para que o aluno seja visto como um cidadão que atuará em sociedade. O ensino deve se aproximar da vida real, das práticas de oralidade e escrita que circulam fora da escola. A figura do aluno, como sujeito da interação verbal, inserida em um dado contexto social e não reduzida a um mero “reprodutor de conceitos prontos”, sem significância, possibilita a construção de formas de pensar conscientes, que são concretizadas por meio de vivências interativas. Nesse cenário, a interdisciplinaridade faz a interligação com temas de relevância, no caso a Educação Ambiental, e o ensino de Língua Portuguesa, por meio de situações reais de comunicação.

Resultados e Discussão

No Brasil, alguns documentos discorrem sobre o tema, embora de maneira ainda sucinta. Em 1981, tem-se a Política Nacional do Meio Ambiente [PNMA]. Esta lei é o principal marco na legislação ambiental no Brasil e aborda assuntos como poluição, impactos ambientais, biodiversidade e educação ambiental. Seu objetivo está explícito no Artigo 2, que trata da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental relativa à vida, com o propósito de garantir condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses de segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (Brasil, 1981).

O documento insere que a Educação Ambiental deve ser garantida a todos os níveis de ensino. Ressalta a educação da comunidade e sua capacitação para efetiva defesa do meio ambiente. O documento não detalha ou fornece maiores detalhes para o contexto escolar (Brasil, 1981).

O Artigo 225, da Constituição de 1988, faz referências quanto ao cuidado com o meio ambiente, em relação a importância da preservação para as gerações atuais e futuras. Há evolução ao pontuar as responsabilidades do Poder Público, porém, de maneira sucinta: trabalhar a educação ambiental a todos os alunos em todos níveis educacionais; garantir a proteção da fauna e da flora, para que nada atrapalhe a função ecológica, protegendo espécies, inclusive de maus tratos; terá como pena recuperar o meio ambiente que por ventura venha ser degradado, todo aquele que fizer exploração dos recursos minerais; todas as atividades que venham provocar problemas ao meio ambiente, como degradação, desmatamento, por exemplo, serão passíveis a punições, sejam elas administrativas e até penais, mesmo da obrigação de reparação de possíveis danos (Brasil, 1988).

Com os fragmentos selecionados, é possível observar que não há referências quanto à inserção do tema em propostas curriculares, mas eleva a importância da questão ambiental, o que serviu de modelo para pesquisas e futuras legislações.

O exposto no Artigo 225, da Constituição Federal de 1988, abriu espaço, por exemplo, para a prática da chamada Gestão Ambiental no Brasil, pelo Poder Público, e neste contexto que educadores do IBAMA vem construindo uma proposta denominada Educação no Processo de Gestão Ambiental ou Educação Ambiental na Gestão do

Meio Ambiente. O objetivo do IBAMA é fornecer subsídios para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para uma intervenção individual e coletiva, de modo qualificado, tanto na gestão do uso de recursos ambientais quanto na idealização e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído (Ibama, 1995).

Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB], com os Parâmetros Curriculares Nacionais [PCNs] e com a Política Nacional de Educação Ambiental [PNEA], no final dos anos 1990, o tema meio ambiente passou a ter lugar de destaque nos currículos, em conteúdos programáticos desenvolvidos em sala de aula.

É certo que a LDB é a principal política pública educacional do Brasil, pois engloba princípios e objetivos da educação do país. No documento, a Educação Ambiental tem sua essência nos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, não como disciplina específica, mas aplicada a hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, através de hábitos sociais (Brasil, 1996).

A LDB possui um texto mais claro relacionado à Educação Ambiental, em termos curriculares. No entanto, não apresenta formas de aplicação. Cada instituição de ensino aborda o tema de acordo com a realidade de sua comunidade. Nos PCNs há uma reformulação dos conteúdos programáticos e uma base nacional comum para o território nacional, com propostas de temas transversais. Nesse cenário, a Educação Ambiental começa a ganhar espaço, não como uma disciplina de estudo, com características próprias de conteúdo, mas como uma abordagem interdisciplinar.

Ao analisarmos o disposto na Política Nacional de Educação Ambiental [PNEA], o documento traz o tema “meio ambiente” inserido no contexto educacional, como parte integrante dos currículos das instituições públicas e privadas, desde a educação básica até o ensino superior, além da formação profissionalizante. O Artigo 10 da PNEA evidencia a não obrigatoriedade de implantação de uma disciplina de Educação Ambiental, nos currículos escolares. O tema deve ser proposto como prática educativa integrada, contínua e permanente. Quando disciplina, pode ser ministrada em cursos de pós-graduação ou extensão. No âmbito de especialização técnica e/ou profissionalizante, o meio ambiente é tratado dentro de um contexto ético. A formação curricular e complementar dos professores, dentro da dimensão ambiental, são

importantes para atenderem os objetivos propostos na PNEA (Bernardes; Prieto, 2010).

O Artigo 11 diz respeito sobre a importância da dimensão ambiental na formação de docentes e chama a atenção quanto à formação continuada de profissionais da educação, a fim de atender as exigências na PNEA. Essa questão causa bastante divergência, sobretudo, em como oferecer formação necessária ao profissional docente e como metodologias de aplicabilidade serão desenvolvidas no ambiente escolar.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental [PNEA], traz considerações de sua importância como instrumento fundamental ao bem-estar comum e ao exercício da cidadania, onde os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Por meio do Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, a PNEA foi regulamentada e a Educação Ambiental ganha maior solidez: tem-se a criação do Órgão Gestor, o qual será responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, chefiado pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação, com o intuito de unir sociedade e governanças para definir diretrizes para a implementação da PNEA em âmbito nacional.

O Programa Nacional de Educação Ambiental [ProNEA] foi resultado da consulta pública nacional, realizada pelo Órgão Gestor em 2004, a qual envolveu educadores ambientais de todas as regiões do país. Conforme as normativas do programa, além de determinar diretrizes para as políticas públicas na área, o ProNEA é instrumento de participação social que reuni todos os segmentos sociais e esferas de governo na sua formulação, execução, monitoramento e avaliação (Guerra; Orsi, 2017).

As linhas de ação do programa estão organizadas da seguinte forma: 1. Gestão e planejamento da educação ambiental no país; 2. Formação de educadores e educadoras ambientais; 3. Comunicação para educação ambiental, e 4. Inclusão da educação ambiental nas instituições de ensino (Guerra; Orsi, 2017).

Paschoal Laércio Armonia, Presidente do Conselho Nacional de Educação, assina a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O documento leva em consideração, dentre as legislações já citadas neste estudo, o Artigo nº 225, inciso VI, § 1, da Constituição Federal de 1988, no tocante a promoção de Educação Ambiental, pelo Poder Público, em todas as etapas de ensino. A Resolução reconhece o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental, que é cada vez mais visível diante do contexto atual. A preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias são nítidas nas práticas sociais (Resolução CNE/CP 2/2012).

Os objetivos são claros e pautados na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, através do artigo 14, que engloba a necessidade de uma abordagem curricular voltada para a integração de temas correlatos por meio da liberdade do pensamento crítico-reflexivo que atenda as transformações sociais.

Educação Ambiental: questões interdisciplinares e o papel da escola

Mesmo com a aprovação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a criação de uma disciplina específica, voltada para o ensino de Educação Ambiental, não é uma realidade, ainda, no Brasil. A visão como tema interdisciplinar prevalece, de acordo com o disposto na Lei.

No Estado de São Paulo, por exemplo, a elaboração e implantação das Diretrizes Pedagógicas e do Programa Municipal de Educação Ambiental, além da criação de políticas públicas, são considerados passos importantes para institucionalizar a Educação Ambiental nos municípios. O intuito de elaborar Diretrizes Pedagógicas de Educação Ambiental, como instrumento norteador, é desenvolver ações de Educação Ambiental, no ensino formal, que sirvam de base para práticas pedagógicas aos profissionais da educação. As Diretrizes Pedagógicas de Educação Ambiental podem, também, apoiar instituições de educação não formal, como museus, parques, jardins botânicos, zoológicos e outros (São Paulo, 2014).

No entanto, quando se fala em formação profissional, uma das razões que tornam a prática da educação ambiental tão complexa para alguns profissionais é o caráter que compõe a Educação Ambiental, em seu processo pedagógico, sob aspectos complementares, dentre elas, a ocorrência de momentos de trocas de conhecimento – entre aluno e professor ou professores de diferentes disciplinas; a desconstrução das representações sociais dos alunos e dos próprios professores, nas interações do cotidiano; a participação política e intervenção cidadã, que desmistifica a figura do professor como o único detentor de conhecimento, o que promove o poder do diálogo com os alunos, bem como ações conjuntas que podem promover uma vida saudável para todos (Demizu, 2013).

Promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, o professor precisa fazer uma leitura da realidade, dentro de seu conhecimento específico, com o intuito de promover outras leituras com seus pares. A escolha de um tema, comum ao cotidiano social, possibilita a interação das pessoas e resulta em um conhecimento mais amplo e acessível. As leituras realizadas de um determinado assunto, sob óticas variadas, desenvolvem outros saberes e a compreensão do ambiente em sua amplitude (Demizu, 2013).

A Educação Ambiental como tema transversal pode ser uma inovação do ensino e na capacitação de profissionais. O professor fica cada vez mais atualizado e em contínuo processo de aperfeiçoamento profissional, pois na realidade brasileira há carência de profissionais com formação específica ou inadequada ao contexto educacional.

Abordar a Educação Ambiental, no ambiente escolar, é um trabalho complexo, um desafio, independente da realidade exposta. A escola deve ser vista como um importante espaço provedor de conhecimento integrado e contextualizado, pois a Educação Ambiental só atingirá resultados ao oferecer aos alunos uma percepção de mundo, que desperta uma consciência crítica por meio do desenvolvimento de ações protetivas e soluções para os problemas ambientais. Partindo desse pressuposto, fica evidente a mudança de atitudes, de valores e de ações, a relação homem e natureza é transformada. Pensar as questões ambientais diz respeito a uma ligação íntima com o planeta e o desejo de fazer parte de sua história. Essa parceria é notada em instituições de ensino formais, através do desenvolvimento de atividades voltadas para o cuidado com o meio ambiente e que servem como modelos a serem observados. É

importante ressaltar que o trabalho desenvolvido é possível por meio da mobilização da equipe escolar, juntamente com alunos e comunidade, o que torna significativas as experiências adquiridas.

Além de formação complementar para o corpo docente, o sucesso de um ambiente que promova ensino-aprendizagem, onde há trocas de conhecimentos, está pautado em uma equipe gestora que promova um ambiente participativo entre seus membros. Além disso, o Projeto Político Pedagógico [PPP], referente a “identidade da escola”, precisa ser elaborado pela equipe gestora, de modo a dar autonomia aos docentes em suas práticas pedagógicas. Esse documento permite a abertura para uma gestão escolar mais eficiente e participativa, pronta para realizar as adequações necessárias para uma escola democrática.

O PPP se configura em uma ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. Deve ser repensando, atualizado, de acordo com a realidade apresentada pela escola, na medida que serve de parâmetro para a discussão de estratégias futuras.

A escola é um espaço de formação e promoção social. A gestão deve ter habilidades e competências específicas para administrar os desafios de sua prática e considerar as novas demandas que o ambiente escolar enfrenta, no contexto de uma sociedade que se transforma a todo momento.

Uma gestão democrática é fundamental em um contexto social em constante transformação. Uma liderança que saiba lidar com as relações e práticas sociais é fundamental para criar condições de segurança e confiança em sua equipe. Ter profissionalismo eficiente, um “saber-fazer” que quase se aproxima de uma sensibilidade de um artista [...] Atuar, mesmo que não se tenha pensado de maneira prévia. Desenvolver novas formas de competências e adquirir novos saberes (Schön, 2007).

Estudar o contexto escolar é relevante em um ensino que passa por transformações profundas. É necessário identificar ter uma gestão escolar com iniciativas reflexivas, capazes de causarem mudanças nas práticas pedagógicas e em seus liderados.

A interdisciplinaridade e o ensino de Língua Portuguesa: possibilidades

Os gêneros textuais são exemplos em que podemos construir o sentido dos textos e encontramos referências a outros textos. Observa-se uma anterioridade discursiva, por meio dos e nos textos que lemos, uma pré-construção de discursos, conhecimentos prévios provenientes de leituras de outros textos que carregam marcas explícitas ou implícitas, necessárias à compreensão de um novo texto (Koch; Elias, 2008).

O conceito de intertextualidade parte do pressuposto de que um texto não existe e nem pode ser analisado de maneira isolada. O conhecimento de sua estrutura depende do conhecimento de outros textos.

O discurso tem relação à atividade comunicativa, que é realizada em um determinado contexto. Abrange tanto um conjunto de enunciados, responsável por sua origem, quanto as condições nas quais foi produzido os textos, resultantes da atividade discursiva. Essa relação entre o texto produzido e os outros textos “nasce” a intertextualidade: o discurso é resultado do discurso do outro, sobre o qual qualquer discurso se constrói.

A Base Nacional Comum Curricular (2018), no que se refere à Língua Portuguesa, propõe quatro eixos de conhecimento ligados à prática da linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção escrita de gêneros diversos e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos textuais, discursivos e formas de organização). O ensino de Língua Portuguesa, por meio dessa perspectiva, proporciona a adoção de práticas transversais, com a interdisciplinaridade de conteúdo.

É notável que as várias áreas do currículo possuem possibilidades de exploração dos temas transversais. O processo pode desencadear aprendizagens sobre o meio social através da apreensão de conteúdo, nos critérios de avaliação, no trabalho e nas situações didáticas apresentadas.

Ao tratarem de questões sociais, ligadas ao exercício da cidadania, os temas transversais oferecem modos interacionais do uso da linguagem – estabelece relação direta com a Língua Portuguesa, no que se refere ao diálogo sobre questões efetivas; a pluralidade de pontos de vista e as formas de expressá-los; o contato com

pensamentos ideológicos diferenciados que permite o exercício da democracia, além da articulação de diversas temáticas (PCN, 1998). O ensino de Língua Portuguesa, nesse cenário, promove o trabalho por meio da oralidade, leitura, produção de textos e análise linguística. A escolha de um tema transversal e sua aplicabilidade, por meio de práticas interdisciplinares, criam estratégias de empoderamento das habilidades que norteiam o ensino de Língua Portuguesa.

Muitas propostas de trabalho que desenvolvem a Educação Ambiental podem ser pautadas no universo dos gêneros textuais, tendo em vista que a centralidade da BNCC para o ensino de Língua Portuguesa está no texto e nos gêneros textuais. Significa dizer que o ensino precisa ser contextualizado, articulado ao uso social da língua.

Na perspectiva bakhtiniana, o fato de as atividades humanas serem diversificadas, inesgotáveis, a diversidade dos gêneros é infinita, os quais estarão à disposição do usuário nas práticas interativas da linguagem (Bakhtin, 2003). Embora os gêneros ocorram na interação social, por meio da comunicação, suas estruturas de formação não devem ser deixadas de lado: por exemplo, um certo texto, de uma revista científica, constitui um gênero denominado “artigo científico”; o mesmo texto, publicado em um jornal de circulação diária, seria um “artigo de divulgação científica”. É evidente as distinções entre os dois gêneros, mas para a comunidade científica, ambos não possuem a mesma classificação na hierarquia de valores da produção científica, embora seja o mesmo texto (Marcuschi, 2005).

Em outras palavras, o artigo científico é destinado para um público seletivo, que compreenderá a linguagem técnica, característica de escrita de produção. O artigo de divulgação científica já é destinado para o leitor leigo, que por meio de uma linguagem simples e objetiva, compreenderá a mensagem do texto em sua plenitude. Mesmo tratando-se do mesmo texto, sua estrutura é modificada para a circulação em veículos de comunicação diferenciados.

A seguir, apresentamos uma proposta de atividade, pertencente ao Caderno do Aluno – volume 1 (Ensino Médio), do Programa “São Paulo Faz Escola”, material fornecido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A sequência didática é

separada em três partes, onde daremos ênfase, em nosso estudo, para as seções um e dois.

É proposto a leitura e interpretação de um texto do gênero notícia, que traz como assunto o acidente ambiental ocorrido na cidade de Brumadinho (MG), em janeiro de 2019, com o rompimento da barragem. O exercício estabelece um paralelo com a Literatura, ao propor ao leitor (o aluno) uma leitura de Carlos Drummond de Andrade, poeta modernista brasileiro, a respeito da exploração do meio ambiente feita pelo homem.

Ao indicar para o aluno a pesquisa, por meio digitais, verificamos que a proposta contempla o trabalho com o texto em sala de aula: fica evidente compreender as características estruturais (como o texto é feito) e as condições sociais de produção e recepção (São Paulo, 2010). Tomando os pressupostos bakhtinianos, o exercício propõe ao aluno a busca por outras formas de reflexão, por meio de gêneros textuais diferenciados, que contribuirão para o enriquecimento de seu conhecimento de mundo sobre os acontecimentos dos fatos (a tragédia ambiental), além de despertar seu posicionamento crítico em relação ao seu papel social, perante aos cuidados com o meio ambiente.

Importante ressaltar que a interdisciplinaridade se torna significativa quando o aluno tem uma visão completa dos problemas ambientais, ocasionados com o rompimento da barragem, e a “ponte” realizada pela transversalidade com a Língua Portuguesa/Literatura, por meio da exposição de gêneros diversificados, são intermediadas pelo professor.

No segundo momento da proposta, temos uma prática de “multimodalidades”, com o uso da chamada linguagem não verbal, que permite a construção significativa de sentido, por meio do confronto entre imagens, sons ou gestos (no caso, é proposto a seleção de imagens diferenciadas sobre o acidente com o rompimento da barragem) sobre a linguagem verbal (que levará em conta o conhecimento prévio do aluno). Esta etapa contempla a habilidade EF69LP33 da BNCC em seus objetivos: contextualizar o verbal com a variabilidade de imagens (Brasil, 2018).

Observamos através dessa experiência que as proposições levantadas em nossa pesquisa podem ser respondidas de maneira eficaz, a partir do momento que a

Educação Ambiental conservadora, que não acrescenta mudanças paradigmáticas significativas às transformações necessárias à sociedade do século XXI, cede lugar a uma Educação Ambiental crítica, que necessita de construções interdisciplinares. A perspectiva tradicionalista da Educação Ambiental quase sempre está descontextualizada da realidade socioambiental e os atores envolvidos no processo nem sempre estão preparados criticamente para entender as dimensões econômicas, históricas, biológicas e sociais dos problemas socioambientais (Bonfim; Dias, 2007).

A partir dessa afirmação, percebemos que a criticidade é contemplada com significado por meio da interdisciplinaridade, e o uso de gêneros textuais pode ser uma ferramenta eficaz, no caso da sequência didática, o uso do gênero notícia é comum e de grande circulação no meio social. Esta modalidade, em sua característica, traz a novidade, pode ser abordada sempre com outros tipos de textos, com informações atuais e diversificadas, abrindo um “leque” de possibilidades de interação entre os alunos e o professor e/ou professores de diferentes disciplinas, o que contribui para o aprendizado emancipador (Freire, 2010).

A *práxis* docente é um movimento dialético, entre teoria e prática. Por meio desta premissa, há a reflexão de posicionamentos e atitudes. A Educação Ambiental pode fazer parte do ambiente escolar em sua amplitude, nas diferentes áreas do conhecimento, com uma proposta de trabalho crítico-reflexiva que considere as questões sociais, econômicas, históricas, políticas, culturais e biológicas; por uma equipe interdisciplinar composta por pessoas que pertençam as diferentes áreas do saber.

Conclusão

Pensar em Educação Ambiental é “ler” as necessidades do meio e transformá-las em ações conscientizadoras. O Brasil apresenta uma legislação com ampla significância à Educação Ambiental, mas não especifica métodos de trabalho em relação ao tema. Por meio da literatura apresentada, vemos que desenvolver a Educação Ambiental, como tema transversal, é possível, pois promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento se faz necessário. Para que a escola de fato implante uma Educação Ambiental crítica, capaz de provocar mudanças de atitudes no processo de ensino-

aprendizagem, é preciso que o corpo docente e gestores conheçam o exposto na legislação e as proposições que o ensino do meio ambiente no Brasil requerem das instituições de ensino: a formação de pessoas com criticidade e conscientes do seu papel social.

Referências

Araújo, R. M. G. de. 2010. A gestão escolar participativa e o papel do diretor na busca da transformação: reflexões teóricas e práticas. Monografia – Especialização em Gestão Ambiental. Universidade Federal de Santa Maria, Fortaleza, CE, Brasil.

Bakhtin, M. 2003. Os gêneros do discurso. IN: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Ed. Martins Fontes, São Paulo, SP, Brasil.

Bernardes, M. B. J; Prieto, É. C. 2010. Educação Ambiental: Disciplina versus tema transversal. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. v. 24, 173-185.

Brasil. 1981. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 20 de abril de 2020.

Brasil. 1988. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Promulga a Constituição Federativa da República do Brasil e estabelece seus princípios e leis. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abril de 2020.

Brasil. 1996. Lei 9.396, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de abril de 2020.

Brasil. 1998. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2020.

Brasil. 1999. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 20 de abril de 2020.

Brasil. 2002. Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 20 de abril de 2020.

Brasil. 2012. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 23 de abril de 2020.

Brasil. 2018. Programa Nacional de Educação Ambiental, marcos legais e normativas. 5ª ed. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 02 de abril de 2020.

Brasil. 2018. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

Bonfim, A. M. A.; Dias, B. C. 2007. A “teoria do fazer” em Educação Ambiental crítica: uma reflexão construída em contraposição à Educação Ambiental conservadora. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0098-1.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

Candiani, G. 2004. Educação Ambiental: percepção e práticas sobre Meio Ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. vol. 12, 12-84.

Coimbra, A. S. 2005. Interdisciplinaridade e educação ambiental: integrando seus princípios necessários. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. vol. 14, 115-121.

Demizu, F. S. B. 2013. A Educação Ambiental nos currículos: dificuldades e desafios. Monografia – Especialização em Gestão Ambiental. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira. PR, Brasil.

Freire, P. 2010. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 42 ed. Ed. Paz e Terra, São Paulo, SP, Brasil.

Guerra, A. F. S.; Orsi, R. F. M. 2017. O PRONEA como política pública: a educação ambiental e a arte do (re) encontro. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. Edição especial – XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, 25-39.

Guimarães, M. 2007. A formação de educadores ambientais. 3. ed. Ed. Papirus, Campinas, SP, Brasil.

Ibama. 1995. Diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental (Série Meio Ambiente em Debate 9). Edições IBAMA, Brasília, DF, Brasil.

Koch, I. G. V.; Bentes, A. C; Cavalcante, M. M. 2007. Intertextualidade: diálogos possíveis. Ed. Cortez, São Paulo, SP, Brasil.

Koch, I. G. V.; Elias, V. M. 2008. Ler e compreender: os sentidos do texto. 2. ed. Ed. Contexto, São Paulo, SP, Brasil.

Le Preste. 2005. Ecopolítica internacional. Ed. Senac, São Paulo, SP, Brasil.

Lüdke, M.; André, M. 1986. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Ed. EPU, São Paulo, SP, Brasil.

Marcuschi, L. A. 2005. Gêneros textuais: definições e funcionalidade. In. Bezerra, M. A.; Dionísio, A. P.; Machado, A. R. [org.] Gêneros textuais. Ed. Lucerna, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Moreira, A. F. B.; Silva, T. T. 1997. Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. Ed. Cortez, São Paulo, SP, Brasil.

Pelegri, D. 2003. Alfabetização e Cultura Escrita. Revista do Professor: Nova Escola. Ano XVIII, 19-25.

Reigota, M. 2011. O que é Educação Ambiental. Ed. Brasiliense, São Paulo, SP, Brasil.

São Paulo. 2010. Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em:

<https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/237.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

São Paulo, 2014. Diretrizes Pedagógicas e Programa Municipal de Educação Ambiental. Disponível em:

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cea/2014/11/diretrizes-pedagogicas-e-programa-municipal-de-educacao-ambiental/>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

São Paulo, 2019. Caderno do aluno: 1ª série do Ensino Médio – 1º Bimestre. São Paulo faz escola. Disponível em: <https://deitapecerica.educacao.sp.gov.br/caderno-do-aluno/>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

Schön, D. A.; Costa, R. C. 2000. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Ed. Artmed, Porto Alegre, RS, Brasil.

Anexos

Anexo 1. SP FAZ ESCOLA: Caderno do Aluno. 1ª série – Ensino Médio (São Paulo, 2020).

SEQUÊNCIA I – NOTÍCIA

ATIVIDADE 1

Em janeiro de 2019, o rompimento da barragem de Brumadinho (MG) deixou em evidência problemas relacionados às atividades de mineração desenvolvidas por grandes empresas do setor e acendeu o sinal de alerta para os moradores e habitantes de outras cidades da mesma região.

É possível perceber como a atividade mineradora faz parte da vida das pessoas que vivem nessas localidades. Carlos Drummond de Andrade, grande escritor brasileiro, nascido em Itabira, cidade vizinha a Brumadinho, apresenta sua visão a respeito da exploração de minério na região em vários de seus escritos, como no poema Lira Itabirana, que pode ser acessado no endereço indicado no box abaixo.

ANDRADE. Carlos Drummond. *Lira Itabirana*. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2019/08/lira-itabirana/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

Utilizando-se da internet ou de outros materiais disponíveis, pesquise em três materiais diferentes, informações sobre o incidente em Brumadinho (MG) e responda às questões a seguir:

- a) Identificar informações de diferentes fontes.

| | O quê? | Onde? | Como? | Quando? | Por quê? | Endereço da fonte |
|------------|--------|-------|-------|---------|----------|-------------------|
| Pesquisa 1 | | | | | | |
| Pesquisa 2 | | | | | | |
| Pesquisa 3 | | | | | | |

LÍNGUA PORTUGUESA



- b) Verificar a confiabilidade dos fatos:
Há convergências ou divergências entre as informações pesquisadas? Pinte com lápis de cor verde todas as células com informações convergentes e pinte com lápis vermelho todas as células com informações divergentes.
- c) Há divergências? Então é necessário aprofundar um pouco mais a pesquisa para identificar a veracidade dos fatos. Busque mais informações em sites oficiais e sites checadores para conferir a veracidade dos fatos.
- d) Escreva uma síntese das divergências e das convergências identificadas.
- e) E você? O quanto sabe a respeito do que aconteceu? Após entrar em contato com as informações, o que você escreveria a respeito do que ocorreu na cidade de Brumadinho?

Em uma roda de conversa, compartilhe com outros estudantes suas ideias, analisando:

- Linguagem:

Você utilizou linguagem mais formal ou informal? (Considerando as diferenças entre gêneros orais e escritos).

Quais características indicam isso?

- Conteúdo:

Há fatos e opiniões em seu texto? O que é fato? O que é opinião?

Registre abaixo suas conclusões às questões que nortearam a roda de conversa:

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |